

# FOMENTO ULTRAMARINO E MERCANTILIS- MO: A COMPANHIA DO GRÃO-PARÁ E MARA- NHÃO. (1775-1778) (VIII).

---

*MANUEL NUNES DIAS*

Professor de História da Civilização Americana da Fa-  
culdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade  
de São Paulo.

(*Continuação*).

## *QUARTA PARTE. — O GIRO MERCANTIL.*

### CAPÍTULO II. — CARREGAMENTOS, MERCADOS E MERCADORES.

#### d). — *Os artigos de procedência européia.*

O mecanismo da circulação mercantil atlântica dos produtos de origem européia nada tinha de baralhado. A organização do tráfico oceânico à distância era simples. A Junta da Administração da Companhia, com sede em Lisboa (1), mantinha escritórios comerciais nas importantes praças de trânsito e de consumo da Europa — no Mar do Norte, no Báltico e no Mediterrâneo (2).

Em maio de 1759, quando a gigantesca empresa colonizadora ainda ensaiava sua ação mercantilista, os artigos provenientes das áreas geo-econômicas tropicais atlânticas do rico patrimônio da Coroa eram enviados de Lisboa para Londres à consignação de “Thomas, Thomas e Filhos” (3), o que nos leva a conjecturar a inexistência, nessa altura do século XVIII, de uma feitoria da Companhia na capital da Inglaterra. Em 6 de maio de 1760, no entanto, a Junta da Administração já mantinha um escritório comercial no pôrto de Londres, no curso inferior do rio Tâmis. Antônio Fernandes feitorizava,

---

(1). — Cf. A Junta da Administração em Lisboa.

(2). — Cf. A.H.M.F. — L.C.N.S.C.G.P.M. nº 74; L.Cr.C.G.P.M. nº 45 A; C.N.C.G.P.M. Liv. 96.

(3). — *Idem*, L.Cr.C.G.P.M. nº 45 A.

então, os interesses da prestigiosa instituição pombalina nessa praça inglesa (4).

Os produtos tropicais mais desejados pelas classes econômicas da Inglaterra eram a orzela (5) do Atlântico africano, especialmente a das ilhas de Cabo Verde, e o algodão maranhense (6). A forma de pagamento desses artigos provenientes do ultramar português, transportados pelos navios da Companhia até o pôrto de Londres (7), era representada por cargas de chumbo, estanho, lonas, bombas para “agoar” navios, “pedreiros” (8) de ferro e baetas (9) azuis, brancas e encarnadas (10). A remessa de tôdas as mercadorias era feita por conta e risco dos interessados na Companhia (11).

De Gênova, a Junta da Administração recebia “ballas de papel florete de 32 resmas”, que por ordem do deputado José Francisco da Cruz remetiam, da Itália, “Rollandelle e Basso”, segundo consta do mencionado “Memorial” da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que se acha guardado no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, em Lisboa (12). Em contrapartida, seguramente como forma de pagamento, Gênova recebia algodão e orzela do ultramar português, à maneira da Inglaterra, conforme consta de uma carta da Junta da Administração da Companhia à “Rollandelle e Basso”, datada de Lisboa a 5 de setembro 1760 (13). Nesta data, os italianos receberam, por conta e risco dos interessados na Companhia, trinta sacas de orzela de Cabo Verde (14).

As praças portuárias da Europa norte-ocidental engrossavam, outrossim, o tráfico atlântico da Companhia. Graças à rede hidrográfica do velho continente, em que os rios correm quase sempre de sul a

(4). — *Idem*, C.N.C.G.P.M. Liv. 96.

(5). — Líquen empregado em tinturaria (*Rocella tinctoria*), de que se extrai uma bela cor azul violácea.

(6). — Vejam-se os capítulos sobre as carregações.

(7). — É digno de registro o fato dos navios da Companhia navegarem regularmente nas rotas do Mar do Norte e no Báltico, sinal evidente da amplitude do tráfico da poderosa empresa ultramarina. Supúnhamos, a princípio, que os portugueses estavam apenas nas rotas atlânticas mais dispendiosas e arriscadas (como sucedia nos séculos XV e XVI), ficando as rotas da Europa do Norte para os mercadores ingleses, flamengos, franceses e alemães. Isso, no entanto, não acontecia. Todos se achavam nas rotas do Mar do Norte e do Báltico, mais fáceis de navegar e menos dispendiosas.

(8). — Guinchos de ferro.

(9). — A baeta nada mais é que um pano de lã felpudo e que não foi apisoado.

(10). — A.H.M.F. — M. nº A, Liv. 62; A.H.U. — C.P. nº 33 (1772).

(11). — *Idem*, M. nº A, Liv. 62.

(12). — *Ibidem*.

(13). — *Idem*, C.N.C.G.P.M. Liv. 96.

(14). — *Ibidem*.

norte, paralelos uns aos outros, cada via fluvial constitui um magnífico caminho de penetração até o centro da Europa. Dado o condicionalistamo físico do continente, em que as bacias se acham separadas por relêvos altamente favoráveis, foi possível aí escavar canais perpendiculares na direção sul-norte. Assim sendo, não admira a intensidade de navegação interior, desde o Loire e Sena, na França, até o Oder, a leste da Alemanha (15). O principal elo da cadeia da navegação fluvial européia assenta na Bélgica e na Holanda, entre os cursos do Escalda, do Mosa e do Reno, com ramificações em direção à bacia do Sena, do Vesper e do Elba (16). Compreendemos, portanto, que a Junta da Administração da Companhia do Grão-Pará e Maranhão mantivesse, graças a êsses feixes de vias continentais de troca mercantil, assíduas relações com os grandes mercados portuários de Antuérpia, Roterdão, Amsterdão e Hamburgo, excelente pontos de contacto da navegação fluvial européia com o tráfico marítimo da empresa pombalina.

De Hamburgo, os administradores da Companhia recebiam peças de panos de linho, garrafões, frascos e frascas de vidro, artigos que eram remetidos para os armazéns de Lisboa por conta da sociedade por Paulo Paulsen, em obediência às ordens recebidas do deputado Domingos de Bastos Viana (17). Aos 26 de junho de 1757, deram entrada nas casas da Companhia, à Boa Vista, 800 garrafões de vidro e 100 peças de panos “de Olanda”, mercadorias enviadas de Hamburgo por Paulo Paulsen (18). Em 1761, o feitor da Companhia em Hamburgo era João Schuback, segundo consta de uma carta da Junta da Administração, datada de Lisboa a 30 de abril desse ano (19).

De Amsterdão, a Companhia recebia barris de óleo de linhaça (20), de alvaiade (21) e de ocre (22), conforme registro de entra-

(15). — Cf. Blanchard, Raul — *Géographie de l'Europe*. Paris, 1936.

(16). — *Idem*.

(17). — A.H.M.F. — M. n.º A, Liv. 62.

(18). — *Ibidem*.

(19). — *Idem*, C.N.C.G.P.M. Liv. 96.

(20). — A linhaça nada mais é que a semente de linho. É muito conhecida a cataplasma, linhaça reduzida a farinha que se aplica como emoliente sobre tumores e feridas.

(21). — Trata-se de um carbonato natural de chumbo, formado de 16,5 de ácido carbônico e de 83,5 de óxido de chumbo. Tem muitas aplicações nas artes. É uma substância vítrea, que apresenta um lustre metálico, branca ou amarelada.

(22). — Ocre ou ocre — argila cuja coloração é devida à presença do óxido de ferro. A ocre amarela, além do óxido de ferro, possui óxido de manganês. Há ainda a de cor vermelha, argila que só difere da ocre amarela em esta ser hidratada e aquela anidra. Tem diversas aplicações: para des-temperar as tintas; preservar as madeiras dos efeitos da água e para o fabrico dos papéis pintados.

da de mercadorias nos armazéns da Boa Vista, em Lisboa, datado de 6 de dezembro de 1757 (23). De Lisboa, como uma das formas de pagamento, os administradores da empresa remetiam sacas de orzela de Cabo Verde. Sabe-se, por exemplo, pelos “Livros das Carregações”, guardado no Arquivo do Ministério das Finanças, em Lisboa, que a 31 de maio de 1759 a Junta da Administração despachou, por conta e risco dos interessados na Companhia, 25 sacas de orzela à consignação de Jacobus Johannez Vandewall, feitor em Amsterdão (24).

Outrossim, segundo consta de uma carta da Junta a Domingos Luís da Costa (25), datada de Lisboa a 6 de maio de 1760, a Companhia remeteu para o seu escritório comercial de Amsterdão 200 sacas de orzela das ilhas de Cabo Verde, recebendo na torna-viagem âncoras, pregos, mastros e ferragens diversas (26). Panos para mastreação, lonas, enxárcia (27) e facas, engrossavam as remessas dos artigos procedentes de Amsterdão, conforme consta do registro de carga enviado por Jacobus Johannes Vandewall a Antônio dos Santos Pinto, um dos deputados da Junta da Administração da Companhia, em novembro de 1756 (28). No ano seguinte, em agosto de 1757, Antônio dos Santos Pinto recebeu 150 barris de pólvora fina, enviada de Amsterdão por Jacobus Johannes Vandewall, por conta e risco dos interessados na Companhia (29).

Cadiz e Marselha recebiam, igualmente, produtos tropicais transportados pelos navios da empresa pombalina. Graças a uma carta da Junta da Administração datada de Lisboa a 21 de outubro de 1760, sabe-se que o feitor da companhia em Cadiz, nessa época, era Verdue Vicent (30). Tanto em Cadiz como em Marselha, a orzela de Cabo Verde tinha grande aceitação (31). As melhores formas de pagamento desse artigo das ilhas atlânticas do patrimônio da Coroa portuguesa bem como de outros produtos de procedência ultramarina, eram os famosos panos de França e as “ancoretas” de ferro de Castela. Marselha e Cadiz eram os portos do Ocidente europeu de saída desses artigos industriais que se destinavam a engrossar o tráfico atlântico da Companhia (32).

(23). — A.H.M.F. — M. nº A. Liv. 62.

(24). — *Idem*, L.Cr.C.G.P.M. nº 45 A.

(25). — Trata-se, certamente, de algum feitor a serviço da Companhia.

(26). — A.H.M.F. — C.N.C.P.M. Liv. 96.

(27). — Conjunto dos cabos fixos que de um e outro lado ou bordo do navio seguram os matros e os mastaréus.

(28). — A.H.M.F. — M. Nº A. Liv. 62.

(29). — *Ibidem*.

(30). — *Idem*, C.N.C.G.P.M. Liv. 96.

(31). — *Ibidem*.

(32). — A.H.U. — C.P. nº 33 (1772).

As carregações de procedência européia, no entanto, eram superiormente representadas pelas mercadorias do reino: artigos alimentícios (azeite, vinho, aguardente, queijos, presuntos, farinha, biscoito, sal, vinagre, manteiga, carne, azeitonas, marmelada, bacalháu, chouriços, paos e toucinho), ferragens diversas, sobretudo ferramentas destinadas ao trabalho colonial (machados, foices, gadanhas, enxadas, enxadões e pregos), armamento, munição, pólvora, louças, chapéus finos, chapéus de sol, pedras aparelhadas para moinhos de descasque de arroz e téxteis “de diferentes sortes” (33).

Essas e outras mercadorias provenientes das diversas praças da Europa poderão ser vistas nos quadros demonstrativos que se seguem, organizados com elementos extraídos dos “Livros das Cargas dos Navios por Saída” (34) e dos “Livros das Carregações” (35) da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que se acham guardados no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, em Lisboa.

*ARTIGOS DE PROCEDÊNCIA EUROPÉIA.*

(Exportação de Lisboa para o ultramar).

Navios	Capitães	Partidas de Lisboa	Portos de destino	Carregamentos
São José	Filipe de Figueiredo Gouvea	23-1-1762	Bissau	12 barris de biscoito, 2 de azeite, 12 de vinho, 220 de pólvora, 2 pipas de vinagre, 368 frasqueiras de aguardente, 21 rolos de tabaco e diversos fardos, caixas e embrulhos.
São Marçal (?)	Bernardo	1762	Cacheu	100 barris de pólvora, 6 dúzias de barretes e 100 de taboado.
São Sebastião	José Gomes Ribeiro	1762	Cacheu	14 dúzias de barretes, 2 peças de artilharia e 250 balas.
São Domingos	?	1762	Cabo Verde	7 barris de farinha, 12 de vinho, 4 de vinagre, 2 de azeite, 30 de biscoito, 420 frasqueiras de aguardente, 9 barrás de ferro, 30 peças de cabos, 1 sino, 1 embrulho, 1 fardo e 1 pacote.

(33). — A.H.M.F. — L.C.R.C.G.P.M. nº 45 A.

(34). — *Idem*, — L.C.N.S.C.G.P.M. nº 74.

(35). — *Idem*, — L.C.R.C.G.P.M. nº 45 A.

São Lázaro	Agostinho dos Santos	1º-5-1762	São Luís do Maranhão	12 barris de farinha, 35 de manteiga, 3 de bolacha, 30 de azeite, 10 de azeitonas, 50 de biscoito, 180 de vinho, 50 de vinagre, 60 de pólvora, 10 barras de chumbo, 16 caixas de queijos, 3 embrulhos com ferragens, 2 de serras, 19 caixões de chapéus, 48 de fazendas, 12 de louça, 157 barras de ferro, 30 fôlhas (?) de cobre, 3 barricas de bacalhau, 100 frasqueiras de aguardente, 8 caixas de marmelada, 95 moios de sal, 3 caixas de cobre, 4 pedras de moinho e mais 7 caixas de fazendas.
São Luís	Gaspar dos Reis	1º-5-1762	São Luís do Maranhão	8 barris de farinha, 48 de pólvora, 13 de bolacha, 20 de azeite, 25 de manteiga, 30 de vinagre, 1 de chouriços, 2 de presuntos, 120 de vinho, 26 de farinha, 2 de vinagre, 12 de manteiga, 50 de biscoito, 10 barricas de azeitonas, 12 caixas de azeitonas, 12 caixas de queijos, 100 frasqueiras de aguardente, 24 caixotes de fazendas, 2 de estanho, 2 embrulhos de fardos, 8 caixas de louças, 125 barras de ferro, 7 de chumbo, 5 caixotes de ferragens e 190 moios de sal.
Santa Anna e São Francisco Xavier	Valério Duarte Gomes	1º-5-1762	Belém do Pará	27 barris de azeitonas, 6 de breu, 25 de farinha, 50 de manteiga, 2 de chouriços, 5 de presuntos, 20 de biscoitos, 300 de vinho, 60 de vinagre, 30 de azeite, 175 de pólvora, 49 panos de linho, 2 fardos, 2 frasqueiras, 10 pipas e 97 frasquei-

				ras de aguardente, 15 dúzias de louças, 519 barras de ferro, 223 moios de sal, 44 caixas de ferragens, 9 pacotes de panos de linho, 37 caixotes de chapéus, 12 caixas de cera, 172 caixotes de ferragens, 7 de vidros e 25 de louça.
Nossa Senhora do Cabo	Manuel da Cunha Betancourt	1º-5-1762	Belém do Pará	24 pacotes, 12 fardos, 15 caixas de louças, 9 de queijos, 131 caixotes de ferragens, 8 caixões de cera, 5 de vidro, 8 cunhetes de estanho, 249 moios de sal, 200 barris de vinho, 20 de pólvora, 2 de paios, 20 de biscoito, 40 de vinagre, 50 de manteiga, 5 de presuntos, 1 de chouriços, 29 de farinha, 30 de azeite, 5 barricas de bacalhau, 246 frasqueiras e 10 pipas de aguardente e 48 pacotes de panos de linho.
São Marçal	Bernardo Franco	23-12-1762	Cabo Verde e Bissau	3 caixões de espingardas, 623 barras de ferro, 8 barris de biscoito, 2 de vinagre, 2 de azeite, 9 de vinho, 80 de pólvora, 1 de breu, 2 pipas de aguardente, 12 rolos de tabaco, 4 peças de cabos, 1 cunhete de balas, 1 embrulho de espadas, estanho e alguns pacotes, fardos e caixas.
Nossa Senhora das Necessidades	José dos Santos	5-3-1763	Cacheu	2 caixotes de vidros, 3 frasqueiras, 14 dúzias de taboado, 994 barras de ferro, 12 rolos de tabaco, 10 panelas de ferro, 1 baú, 1 barril de chumbo, 16 de biscoito, 6 de farinha e 2 de azeite.

<p>Nossa Senhora da Conceição</p>	<p>José Gomes Ribeiro</p>	<p>5-3-1763</p>	<p>Cacheu e Cabo Verde</p>	<p>2 barris de biscoito, 1 de presunto, 2 de manteiga, 1 de vinho, 3 de azeite, 1 de vinagre, 5 de farinha, 1 de carne, 100 de pólvora, 3 pipas e 166 frasqueiras de aguardente, 993 barras de ferro, 12 rolos de tabaco, 2 caixotes de chapéus, 3 sinos e 11 pedras de rebolos de ferreiros.</p>
<p>São Paulo</p>	<p>José da Silva Costa</p>	<p>5-3-1763</p>	<p>Bissau e Cabo Verde</p>	<p>2 barricas de farinha, 8 barras de biscoito, 11 de vinho, 2 de azeite, 606 barras de ferro, 4 peças de cabo, 2 pipas e 220 frasqueiras de ferro, 4 peças de caris de pólvora, 12 rolos de tabaco e um caixão de armas.</p>
<p>São Lázaro</p>	<p>Gaspar dos Reis</p>	<p>11-4-1763</p>	<p>São Luís do Maranhão</p>	<p>20 caixas de fazendas, 14 barris de munição, 100 de vinho, 40 de azeite, 80 de biscoito, 3 de presunto, 1 de paio, 1 de chouriços, 20 de manteiga, 12 chapas de cobre, 200 barras de ferro, 80 barris de pólvora, 120 frasqueiras de aguardente, 12 barris de azeitonas, 2 caixas de marmelada, 3 barricas de bacalhau e 60 barris de vinagre.</p>
<p>Nossa Senhora Madre de Deus</p>	<p>Luis Ferreira Braga</p>	<p>1763</p>	<p>Belém do Pará</p>	<p>53 barris de manteiga, 2 de azeite, 80 de vinho, 15 de farinha, 15 de biscoito, 30 de azeitonas, 3 de paios, 2 de chouriços, 3 de presuntos, 20 de vinagre, 10 de facas, 7 de chumbo, 30 de pólvora, 6 frasqueiras, 517 frasqueiras de aguardente, 12 caixotes, 6 caixotes de chapéus e 32 caixas de louça.</p>

São Luís	Manuel Trávassos	1763	Belém do Pará	15 barris de biscoito, 25 de manteiga, 2 de paíes, 1 de chouriços, 15 de azeite, 2 de presuntos, 2 de toucinho, 1 de carnes, 30 de pólvora, 20 de vinagre, 36 barricas de farinha, 411 frasqueiras de aguardente, 4 caixotes de chapéus, 36 de louça, 8 barris de facas, 3 cunhetes de balas, 1 caixa de espingardas, 7 barris de chumbo, 193 barras de ferro, 48 dúzias de garrafas, 600 dúzias de louça e 88 moios de sal.
São Sebastião	Manuel Salgado	9-7-1763	Belém do Pará	80 barris de vinho, 10 de azeite, 20 de vinagre, 58 moios de sal, 265 frasqueiras de aguardente, 13 caixas de louças, 2 de chapéus, 31 caixotes de ferragens, 2 cunhetes de balas.
São José	Filipe de Figueiredo Gouvea	9-7-1763	Belém do Pará	40 barris de farinha, 80 de vinho, 10 de azeite, 25 de manteiga, 20 de vinagre, 48 moios de sal, 229 frasqueiras de aguardente, 39 caixas de ferragens, 3 caixotes de chapéus, 6 dúzias de facas, 13 caixas de louça, 48 dúzia de garrafas e 207 barris de ferro.
São João Baptista	José d'Oliveira Bulhão	9-7-1763	Belém do Pará	90 barris de vinho, 10 de munição, 12 de farinha, 8 de biscoito, 15 de azeitonas, 2 de presuntos, 18 de vinagre, 9 de facas, 6 de chumbo, 28 de pólvora, 611 frasqueiras de aguardente, 8 caixotes e 11 caixas.
Santo Antônio	?	19-11-1763	Cacheu	11 frasqueiras, 680 barras de ferro, 11 rolos de tabaco, 9 panelas de ferro, 1 barril de chumbo, 12 de biscoito, 3 de azeite e 7 de farinha.

São Tomé	Roque José Lisboa	16-1-1764	Cabo Verde	9 barris de farinha, 13 de vinho, 6 de vinagre, 4 de azeite, 30 de biscoito, 532 frasqueiras de aguardente, 11 barras de ferro, 26 peças de cabos, 3 embrulhos, 5 pacotes e 6 fardos.
São Domingos	Verissimo Duarte Rosa	1764	Cabo Verde	22 barris de biscoito, 602 frasqueiras de aguardente, 19 barris de vinho, 11 de farinha, 3 de vinagre, 2 de azeite, 5 fardos, 7 pacotes e 2 embrulhos.
São Francisco Xavier	Manuel Gomes	23-1-1764	Cacheu e Cabo Verde	3 peças de artilharia, 8 dúzias de barretes, 84 barris de pólvora, 11 de farinha, 22 de vinho, 8 de vinagre, 5 de azeite, 32 de biscoito, 25 peças de cabos, 11 pacotes e 3 fardos.
São Marçal	Bernardo Franco	1764	Cabo Verde e Bissau	31 barris de biscoito, 5 de azeite, 11 de vinho, 37 de pólvora, 427 frasqueiras de aguardente, 15 rolos de tabaco, 6 fardos, 11 caixas e 3 embrulhos.
São Pedro	Manuel José	1764	Cacheu	79 barris de pólvora, 9 dúzias de barretes, 1 peça de artilharia e 320 balas.
Nossa Senhora da Conceição	José Gomes Ribeiro	1764	Angola	23 barris de farinha, 32 de vinho, 20 de pólvora, 326 frasqueiras de aguardente e diversas caixas, fardos e pacotes.
Nossa Senhora da Esperança	José Ferreira de Azevedo	2-2-1764	Bissau	3 barris de azeite, 23 de vinho, 56 de pólvora, 4 de vinagre, 604 frasqueiras de aguardente e diversos pacotes, caixas e fardos.
São Lázaro	Gaspar dos Reis	3-3-1764	Angola	42 barris de vinhos, 36 de pólvora, 436 frasqueiras de aguardente, e diversas caixas e fardos.

São Joaquim	Manuel da Silva Thomaz	1764	Cabo Verde	2 caixões de espingardas, 9 barris de biscoito, 3 de vinagre, 1 de breu, 3 de azeite, 37 de pólvora, 11 rolos de tabaco e diversas caixas e fardos.
São Paulo	Antônio José de Carvalho	25-4-1764	São Luís do Maranhão	37 barris de pólvora, 15 de azeite, 9 de farinha, 23 de vinagre, 2 de presuntos, 2 de chouriços, 120 de vinho, 30 de biscoito, 9 barricas de azeitonas, 200 frasqueiras de aguardente e diversos caixotes.
Nossa Senhora das Necessidades	Gonçalo Pacheco de Mello	25-4-1764	São Luís do Maranhão	38 moios de sal, 2 caixas de cobre, 2 pedras de moinho, 8 caixas de fazendas, 11 caixões de chapéus, 15 barris de farinha, 79 de vinho, 3 de vinagre e 5 caixas de louça.
Nossa Senhora do Cabo	Manuel da Cunha Betancourt	10-7-1764	Angola	Diversas caixas, fardos e pacotes.
Nossa Senhora das Mercês	Agostinho dos Santos	10-7-1764	Belém do Pará	19 barris de azeitonas, 3 de breu, 25 de farinha, 52 de manteiga, 2 de presuntos, 1 de chouriços, 326 de vinho, 163 de pólvora, 98 frasqueiras de aguardente e diversas caixas e caixotes.
Madre de Deus	Manuel Travassos	10-7-1764	Belém do Pará	16 caixas diversas, 72 caixotes de ferragens, 200 barris de vinho, 30 de biscoito, 22 de pólvora, 9 pipas e 326 frasqueiras de aguardente e 48 pacotes de panos.
São Sebastião	Verissimo Duarte Rosa	1º-10-1764	Cabo Verde e Cacheu	2 caixões de espingardas, 326 barras de ferro, 9 barris de biscoito, 3 de vinagre, 2 de azeite, 11 de vinho e diversos pacotes, fardos e caixas.

Santo António	Miguel Pereira da Costa	13-10-1764	Cabo Verde e Bissau	15 barris de vinho, 1 de vinagre, 3 de azeite, e diversas caixas e fardos.
São Thomé	Antônio da Silveira	16-10-1764	Cabo Verde	1 caixão de espingardas, 5 barris de biscoito, 2 de vinagre, 1 de breu, 2 de azeite, e diversas caixas, fardos e pacotes.
São Domingos	Roque José Lisboa	6-11-1764	Cabo Verde	3 barris de vinagre, 9 rolos de tabaco e diversas caixas, fardos, pacotes e pipas.
São Francisco Xavier	Manuel Gomes de Almeida	6-11-1764	Cacheu	68 barris de pólvora, 2 peças de artilharia, 208 balas e diversas caixas e fardos.
São Pedro Gonçalves	Bernardo Franco	2-1-1765	Cabo Verde e Bissau	9 barris de vinho, 2 de vinagre, 3 de azeite e diversas caixas, fardos e pacotes.
São Pedro	Antônio Florêncio	26-12-1771	Bissau	2 barris de azeite, 25 de vinho, 30 de pólvora e diversas caixas e pacotes.
Nossa Senhora da Conceição	Miguel Pereira da Costa	26-12-1771	São, Luis do Maranhão	48 barris de pólvora, 15 de azeite, 8 de farinha, 12 de vinagre, 180 de vinho, e diversas caixas e caixotes.
Nossa Senhora do Rosário	Matheus Francisco	26-12-1771	Bissau	3 barris de azeite, 15 de vinho, 13 de biscoito, 22 de pólvora, 361 frascas de aguardente, 9 rolos de tabaco, 3 fardos, 5 caixas e 2 embrulhos.

Repare-se na fartura e diversidade das mercadorias provenientes de Portugal. A maneira do que ficou dito sobre o mecanismo das trocas com os centros europeus do Mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo, a Junta da Administração da Companhia, com sede em Lisboa, mantinha feitores nas diferentes praças do reino, encarregados da defesa dos interesses da sociedade. A incumbência era a mesma de seus colegas estabelecidos nos mencionados entrepostos europeus: receber, distribuir e remeter. Tudo era feito de acôrdo

com as determinações da Administração da empresa que disciplinava as trocas consoante a lei econômica da oferta e da procura.

Uma vez estocados os produtos procedentes da Europa nos armazéns da Companhia, à Boa Vista, competia à Junta da Administração organizar, conforme a situação do mercado, as cargas endereçadas aos administradores do ultramar: Pará, Maranhão, Bissau, Cacheu, Cabo Verde e Angola. Vejam-se, por exemplo, os portos de destino das mercadorias nos mencionados quadros demonstrativos das exportações de Lisboa para o ultramar.

As pipas e barris de vinho eram, sobretudo, provenientes da cidade do Pôrto. Segundo consta de uma carta da Junta, datada de Lisboa a 21 de dezembro de 1757, o administrador da Companhia na praça do Pôrto era, nessa data, Gualter Gomes de Souza (36). Por ordem do deputado Antônio dos Santos Pinto, êsse feitor "portuense" remeteu, naquela data, para os armazéns da Boa Vista, 30 pipas de vinho, diversas de aguardente e 401 maços de linhas, por conta e risco dos interessados na Companhia (37).

Da cidade do Pôrto, os armazéns da Companhia, em Lisboa, recebiam, outrossim, armamento, munição, pregos, ferramentas diversas e pedras aparelhadas para moinhos de descasque de arroz maranhense. Outra carta da Junta da Administração, datada de Lisboa a 20 de junho de 1757, acusa o recebimento de 1500 machados, 300 enxadas, 306 foices, 200 barras de ferro, 18 milheiros de pregos, 50 "feixos" de espingardas e cunhetes com cartuchames (38).

Da cidade de Braga, a Junta recebia os famosos chapéus finos e de sol. Sabe-se, por exemplo, de uma entrada, sem data, nas casas da Companhia, em Lisboa, de seis caixões com 1105 chapéus de Braga remetidos por João Francisco Teles, por conta e risco da Companhia (39).

Boa parte da aguardente que engrossava as carregações era oriunda de Viana do Castelo, cidade do norte de Portugal. Um registro do mencionado "Memorial" (40), datado de Lisboa a 5 de dezembro de 1757, acusa a entrada de 37 pipas de aguardente enviadas de Viana por Filipe Martins Ferreira, por conta e risco dos interessados na Companhia (41).

O sal que enriquecia as carregações de Lisboa seria, certamente, oriundo de Setúbal ou Aveiro. E' o que se nos afigura aceitável,

(36). — A. H. M. F. — M. n.º A. Liv. 62, carregaç. n.º 173.

(37). — *Idem*, carregações n.ºs 173, 175 e 215.

(38). — *Idem*, carregações n.ºs 97 e 98.

(39). — *Idem*, carregaç. n.º 103.

(40). — *Ibidem*.

(41). — *Idem*, carregaç. n.º 137.

sabendo-se que as grandes áreas de salinação, em Portugal (42), circunscvem-se sumariamente, às regiões de Setúbal e Aveiro. Os demais artigos alimentícios eram provenientes de outros campos portugueses produtores de vinho, azeite, carnes, aguardente, vinagre, manteiga, queijos, etc.

A Junta da Administração adquiria, igualmente, pólvora, sêda e chapéus finos nas próprias indústrias do reino, então fielmente representadas pelas “Real Fábrica da Sêda”, “Real Fábrica dos Chapéus” e “Real Fábrica da Pólvora”, segundo consta dos registros dos mencionados “Livros de Compras” da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, guardados no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, em Lisboa (43). A melhor forma de pagamento desses artigos eram as carregações do Pará e Maranhão, especialmente café, cacáu, algodão, arroz, salsa, sola, couros, madeiras, atanados, cravo grosso e fino (44).

E’ claro que parte das carregações era consumida pelo pessoal dos navios durante as viagens. O grosso, porém, tinha destinação certa: dar entrada nos armazéns que a Companhia possuía em São Luís, Belém, ilhas de Cabo Verde, Cacheu, Bissau e Angola (45). As respectivas juntas subalternas do ultramar, uma vez conferidos os conhecimentos das cargas, redistribuíam pelos diferentes organismos consumidores as mercadorias recebidas de Lisboa.

O patrimônio ultramarino padecia as resultantes oriundas da escassez do abastecimento de certas áreas geo-econômicas, sobretudo no que se refere ao aprovisionamento de comunidades onde a carência de alimentos era uma terrível realidade. Nos enigmáticos sertões da Amazônia e do Mato Grosso, por exemplo, as populações viviam permanentemente ameaçadas de inanição por falta de comestíveis. Graças à Companhia, pôde a Coroa solucionar, embora momentaneamente, a delicada questão do abastecimento em víveres de certas áreas humanizadas da Colônia.

Para isso a Companhia organizou a sua penetração continental através da magnífica rêde hidrográfica da bacia amazônica, com o claro intento de entrar em relações mercantis com as populações dos campos auríferos de Vila Bela e com os aldeamentos que se distribuíam pelo vale do Amazonas e seus tributários.

---

(42). — Sobre o sal português, veja-se o estudo de Virgínia Rau — *A exploração e comércio do sal de Setúbal. Estudo de História Econômica*. Lisboa, 1951.

(43). — A.H.M.F. — L.C.C.G.P.M. n.ºs 65 e 66.

(44). — Cf. Carregações do Pará e do Maranhão.

(45). — Vejam-se as mercadorias em estoque no ultramar (milhares de réis) no capítulo — Os Balanços da Companhia.

Apesar da conhecida adversidade amazônica, com seu clima hostil e sua floresta intrincada, repleta de indígenas e animais agressivos, os administradores da Companhia tiveram a alegria de poder encontrar um fator geográfico deveras favorável para a obra da penetração continental: rios que se ofereciam à navegação relativamente fácil e, portanto, pouco arriscada e dispendiosa (46).

Sabemos, por exemplo, que o tráfico da Companhia, assente nas carregações enviadas de Lisboa pela Junta da Administração, era deveras intenso nas regiões mineiras da Capitania de Mato Grosso, sobretudo nos dourados campos de Vila Bela. A rota comercial aproveitava-se do vale do Madeira, no qual a realza mandou estabelecer dois postos fiscais: um em Borba, outro em Santo Antônio (47). Ao mesmo tempo, determinou que todo o tráfico legal do ouro de Vila Bela fôsse feito pelo Rio Madeira (48). Razões político-militares de defesa de patrimônio (49) e estímulos de natureza econômica explicam o esforço da Coroa através da administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Grã-Pará e Maranhão (50), no sentido de ser organizada a penetração continental pelo estratégico vale do Madeira (51), fronteira natural que separava a capitania de Mato Grosso de sua congênere do Rio Negro (52).

A organização da rota do Madeira corresponderia a uma autêntica “captura” econômica em proveito do extremo-norte do Brasil, especialmente de Belém do Pará, então grandemente beneficiado com o tráfico do ouro de Vila Bela. A “captura” do precioso metal amarelo da Capitania de Mato Grosso traria, em contrapartida, um diminuendo do volume comercial entre esta capitania e a de São Paulo. E’ o que se nos afigura plausível. A depressão do tráfico entre São Paulo e Mato Grosso, no começo da segunda metade do século XVIII, não pode, tampouco deve, ser explicada apenas com

---

(46). — Cf. A situação do extremo-norte do Brasil.

(47). — *Ibidem*. Vide ainda o mapa — Defesa da Soberania Política de Portugal. Rede permanente de fortificações militares.

(48). — A.P.P.C.N. — Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de Belém do Pará a 26 de fevereiro de 1753, a Diogo de Mendonça Côrte Real, in C.G.M. Códice Manuscrito nº 695 (1752-1757); A.B.A.P.P. tomo I (1752-1757), Doc. 28, págs. 39-40. Belém do Pará, 1902.

(49). — Cf. Defesa de patrimônio da Coroa.

(50). — Cf. A situação do extremo-norte do Brasil.

(51). — “Comercio pelo rio Madeira, com o qual aumentarão as minas, o comercio e o rendimento desta Alfândega. Seguraremos a navegação do Madeira e do Guaporé e ficaremos fortes naqueles limites nos quais não tinhamos força alguma com que repelir violência dos vizinhos” (A.P.P.C.M. — C.G.M. Códice Manuscrito nº 695 (1752-1757).

(52). — Cf. Mapa manuscrito da Capitania do Rio Negro, in A.A.N.R.J. nº 169.

o diminuindo do ouro das minas de Cuiabá e Mato Grosso. Quer-nos parecer que a referida "captura" pelo vale do Madeira seria uma forte razão contribuinte da quebra da velha e grossa cadeia de comércio entre as capitânicas de São Paulo e Mato Grosso. O rio Madeira era, realmente, um caminho fluvial mais fácil para as minas de Mato Grosso, bem como para a fronteira espanhola da Bolívia (53). Não admira, em vista disso, que a navegação pelo vale do Madeira fôsse tomando incremento, à medida que crescia o tráfico da Companhia. Era pelo estratégico tributário do Amazonas que se provia de gêneros a dourada terra de Mato Grosso, especialmente os campos auríferos de Vila Bela (54). Ademais, foi através do vale do Madeira que se retirou D. Antônio Rolim de Moura, governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, e que transitaram seus sucessores. Outrossim, era por essa via de penetração continental que os capitães-generais mantinham correspondência com o rei e com o seu Conselho Ultramarino, sinal evidente da importância política e econômica do rio Madeira, enormemente valorizado pela ação mercantil da Companhia na segunda metade do século XVIII. Nos códices manuscritos da "Correspondência dos Governadores com a Metrópole" e da "Correspondência dos Governadores com a Capitania do Rio Negro", guardados no Arquivo Público do Pará (55), encontram-se preciosos informes dessa natureza.

Mato Grosso era, pois, abastecido pela Companhia através dessa magnífica via fluvial. Sabe-se que do pôrto de Belém, da baía do Guajará, partiam as canoas de índios remadores com as mercadorias enviadas para o Estado pela Junta da Administração em Lisboa.

- (53). — A "fuga" do ouro de Mato Grosso pelo vale do Madeira deve-se, outrossim, à esperteza dos mercadores que preferiam drenar o precioso metal amarelo para as capitânicas do Pará e Maranhão a fim de não pagarem os quintos no Estado do Brasil. Na "Correspondência dos Governadores com a Metrópole" acham-se informes desta natureza. Veja-se, por exemplo, o Códice nº 695 — Reinado de D. José I (1752-1757) — guardado no A.P.P.C.M.
- (54). — Os comboieiros de Mato Grosso que partiam de Belém do Pará com destino aos campos auríferos eram obrigados a assumir o compromisso, obrigando-se a não transportar "passageiro algum, homem ou mulher, branco ou preto ou desertor de tropa", sem licença por escrito dada pelo governador e capitão-general do Estado, sob pena de pagarem 200\$000 reis em dinheiro por pessoa "que levarem sem licença, além das mais que parecerem ao mesmo Senhor". Eram, outrossim, obrigados a registrar as licenças na Fortaleza do Gurupá, e na vila de Borba, apresentando-as ao general de Mato Grosso "para lhe constar o número e qualidade de pessoas com que daqui partem". Para isso os comboieiros assinavam termos de compromisso. (Cf. "Termos de Assinaturas dos Comboieiros e Comerciantes das Minas", in A.P.P.C.M. — Códice nº 1112).
- (55). — A.P.P.C.M. — C.G.M. Códices Manuscritos nºs 695 (1752-1757), 696 (1759-1761) e 697 (1763-1768); C.G.C.R.N., Códice Manuscrito nº 778 (1772-1777); C.G.D. — Códice Manuscrito nº 590 (1765-1771).

Conhecemos, outrossim, graças a uma “Memória dos Preços que no Mato Grosso são vendidos os gêneros molhados e secos”, guardada no Arquivo Histórico Ultramarino (56), em Lisboa, sem data nem nome, mas que tudo indica ser de 1772, o valor de alguns produtos vendidos nas regiões mineiras. E’ o que poderá ser visto na relação seguinte:

Escravo negro “bom” .....	200 oitavas ou 300\$000 réis
Escravo negro “inferior” .....	de 160 a 180 oitavas
Escravas negras .....	2 arrates de ouro ou 384\$000 réis
Sal .....	15 a 30\$000 o alqueire
Queijo flamengo .....	3\$000 réis cada um
Vinho tinto .....	3\$000 réis cada frasco
Vinagre .....	3\$000 réis cada frasco
Azeite .....	3\$000 réis cada frasco
Aguardente .....	3\$000 réis cada frasco
Farinha de trigo .....	3\$000 réis cada pacote com 3 ar- rôbas
Paio .....	\$900 réis cada
Chá .....	6\$000 réis cada arrátel (57)
Café .....	\$750 réis cada arrátel (58)
Manteiga .....	\$750 réis cada arrátel
Baeta encarnada, azul ou parda .....	15 tostões (59) cada côvado (60)
Pano encarnado, azul ou pardo .....	4\$500 réis cada côvado
Chapéus finos .....	10\$500 réis cada um
Chapéus grosseiros .....	4\$500 réis cada um
Meias de sêda .....	7\$500 réis cada par
Meias de linha .....	1\$500 réis cada par
Panos de linho para lençóis .....	1\$500 réis cada vara (61)
Panos de linho para camisas .....	2\$260 réis cada vara
Panos de “Bretanha” .....	9\$000 réis cada peça
Panos de “Cambraia” lisa .....	7\$500 réis cada vara
Abotoaduras de metal .....	9\$000 réis o par
Veludo encarnado, azul e preto .....	7\$500 réis cada côvado
Tafetá .....	1\$500 réis cada côvado
Sêda lisa .....	4\$500 réis cada côvado
Facas flamengas .....	\$400 réis uma
Tesouras .....	\$750 réis uma
Espelhos pequenos .....	\$400 réis um
Pentes de marfim .....	\$400 réis um

(56). — A. H. U. — C. P. n.º 33 (1772).

(57). — O arrátel pesa 459 gramas.

(58). — Trata-se, é claro, do café paraense.

(59). — Moeda de prata, do valor de 100 réis. Assim sendo, cada côvado de baeta custava 1\$500 réis.

(60). — Medida de comprimento, já fora de uso, igual a 66 centímetros.

(61). — Medida antiga de comprimento, igual a um metro e dez centímetros.

Pentes de tartaruga .....	1\$500 réis um (62)
Machados .....	3\$000 réis um
Foices .....	1\$500 réis um
Anzóis .....	3\$000 réis a dúzia (63)
Fechaduras .....	2\$250 réis cada uma
Pratos .....	\$750 réis cada um
Louça (da Índia ?) .....	45\$000 réis cada aparelho para chá ou café
Pratos (de louça da Índia ?) .....	2\$250 réis cada um
Copos de vidro .....	\$750 réis cada um
Frascos de vidro .....	1\$200 réis cada um
Ferro em barra (do reino ou da Suécia ?) ..	\$400 réis o arrátel
Aço .....	\$750 réis o arrátel
Cobre em caldeiras .....	1\$500 réis o arrátel
Pólvora .....	4\$500 réis o arrátel
Estanho .....	1\$500 réis cada prato pequeno
Cera branca .....	1\$500 réis cada vela de meio arrátel
Alfazema (64) .....	\$400 réis cada arrátel
Sabão (65) .....	\$750 réis cada arrátel

Nas minas e vizinhanças tinham grande aceitação: camisas de pano de linho, chitas, lenços de côres, linhas para costura, riscados de Hamburgo, lãs e sêdas para vestidos, abotoaduras de metal, retrozes de côres diversas, ferramentas, chumbo em barra, pregos e, naturalmente, mercadorias alimentícias — presuntos, bacalháu, vinho, azeite, etc. (66).

A margem de lucro seria deveras enorme. Um arrátel de chá, por exemplo, que em Lisboa os deputados da Junta da Administração da Companhia adquiriam por 800 réis, era vendido na capitania de Mato Grosso por 6\$000 réis (67); um prato, adquirido por dez réis nas olarias (68), era vendido nas minas de Vila Bela e vizinhanças por 750 réis (69); um moio (70) de sal remetido de Lisboa para o Pará, que era pago em Portugal a 550 réis, em julho de 1755 (71), custava nas minas da capitania de Mato Grosso de 15 a 30\$000 réis o alqueire; o azeite, que era adquirido no Reino por 2\$000 réis o barril, era vendido em Vila Bela a 3\$000 réis o frasco; uma pipa de

(62). — Repare-se no valor dos pentes de tartaruga, mais caros que os de marfim!

(63). — As linhas seriam feitas pelos índios. É o que se nos afigura.

(64). — Arbusto da família das labiadas. É odorífera e exala um perfume muito intenso e agradável, quando lançada no fogo.

(65). — "é mau e é feito no Pará". (Cf. "Memória" ...).

(66). — Cf. "Memória" ...

(67). — *Ibidem*.

(68). — Alguns não saíam das olarias da própria Amazônia?

(69). — Cf. "Memória" ...

(70). — Medida de capacidade do antigo sistema equivalente a 60 alqueires ou 828 litros.

(71). — A.H.M.F. — M. n° A. Liv. 62.

aguardente posta a bordo custava em Lisboa 44\$443 réis, enquanto um frasco dela custava 3\$000 na capitania de Mato Grosso; uma pipa de vinagre, paga em Lisboa a 6\$000 réis, deixava, igualmente, boa margem de lucro, uma vez que em Mato Grosso um frasco custava 3\$000 réis (72). Eis alguns expressivos exemplos da margem de ganho da Companhia. Pena que a citada “Memória” e o referido “Memorial” não mencionem outros preços de custo. As amostras, no entanto, são grandemente significativas.

Note-se, pois, que as minas de Mato Grosso, bem como outras áreas geo-econômicas do patrimônio ultramarino da Coroa, tinham fome de comestíveis, têxteis e metais. Em contrapartida, as praças do reino, do Mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo, tinham avidez de produtos tropicais comerciáveis. Os navios da Companhia eram os medianeiros. Com semelhante política econômica de transporte, pôde a empresa pombalina auferir bons dividendos (73), incitamento de sua ação colonizadora no extremo-norte do Brasil.

A exuberância e multiplicidade das carregações de procedência européia, bem como de suas congêneres do Pará, Maranhão, Cacheu, Bissau, Angola e Cabo Verde (74), constituem sinal evidente da amplitude das relações comerciais da gigantesca empresa colonial.

A diversidade das mercadorias que engrossavam as rotas terrestres e marítimas reflete, fielmente, a sobressaliente projeção da poderosa sociedade anônima numa conjuntura econômica imperial portuguesa, de um lado, e, de outro, numa verdadeira tessitura capitalística de nítida feição mundial. Graças a êsse vigoroso feixe de trânsito mercantil de artigos oriundos de três continentes — Europa, África e América — a Companhia pôde, realmente, alterar a feição do mapa econômico do mundo atlântico. Realizou, assim, autêntica transformação do regime internacional de alguns produtos tropicais afro-americanos e do crescente industrialismo europeu. Disso tudo tinha necessariamente que resultar a alteração dos itinerários do mundo dos negócios e, portanto, da contextura capitalista das rotas atlânticas à distância.

\* \* \*

### CAPÍTULO III. — OS BALANÇOS DA COMPANHIA.

A Contabilidade, ciência cuja evolução já se fazia acentuada em vários países da Europa do século XVIII, não havia atingido em

---

(72). — *Ibidem.*

(73). — A.H.M.F. — L.B.C.G.P.M.

(74). — Cf. Carregações ...

Portugal um desenvolvimento paralelo. Já o cronista Jacome Ratton, acionista da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, lamentava “a falta de pessoas instruidas na escripturação em partidas dobradas” em Portugal (1).

A Contabilidade portugêsa da época do marquês de Pombal, segundo nos mostram os Balanços da referida empresa mercantilista de fomento ultramarino, ainda estava eivada de tradições medievallistas. Ao invés de enveredar pelos amplos caminhos das “partidas dobradas”, vivia adstrita ao método das “partidas simples”, de cujo empirismo decorre a limitação dos horizontes contábeis. Toda a escripturação comercial que reçuma dos seus Balanços está inspirada num antiquado sistema de apuração dos resultados das operações de compras e vendas em determinadas praças, dos benefícios ou prejuízos das viagens dos navios e giro capitalístico, ou ainda no cômputo de despesas ou de bens patrimoniais, nem sempre obedecendo aos princípios mais harmônicos com a evolução da ciência contábil.

Examinemos, por exemplo, o caso das “Naos de Guerra” incorporadas ao patrimônio da Companhia “por ser dádiva de Sua Magestade” sem que, entretanto, se lhe atribua um *quantum* representativo “porque a Companhia não desembolçou o seu valor”. Poder-se-ia argumentar que a dádiva era aleatória tanto que, em 1762, uma das Naos de Guerra — Nossa Senhora da Atalaia — revertia à Corôa (3), destinada naturalmente à defesa do império em outros setores. Faltam, infelizmente, elementos para a verificação da sorte da outra nau — Nossa Senhora das Mercês — que, ao que tudo indica, deveria ter revertido à realeza, após a dissolução da sociedade comercial, em 1778.

Falta na escripturação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão uma unidade de agentes consignatários que, na moderna Contabilidade, arcam com a responsabilidade de setores distintos da vida comercial como, por exemplo, o de *Mercadorias*. A própria apuração dos lucros que deixam os gêneros comerciáveis faz-se por um processo obsoleto. Como não era possível conhecer-se o resultado das operações que ainda estavam pendentes de “contas de vendas”, procedia-se por estimativa que, freqüentes vêzes, superava de muito os

---

(1). — Cf. Fourastié, Jean — *Comptabilité générale*. Paris, 1943; *L'Assurance au point de vue économique*. Paris, 1946; *La Comptabilité*. Paris, 1945; Roover, R. de — *La formation et l'expansion de la comptabilité à parties doubles*, in *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, março e maio, 1939; Gomberg, L. — *Histoire critique de la théorie des comptes*. Genebra, 1928.

(2). — *Recordações...*, pág. 216.

(3). — A.H.M.F. — L.B. da C.G.P.M. n° 76, demonstração de 1762, fl. 165.

pressupostos, pesando na escrituração futura e dando, assim, uma aparência de instabilidade aos Balanços.

Examine-se, por exemplo, o caso do sal que se destina a princípio a produzir 300% de lucros (4) e que, finalmente, se reduz a 10% (1773-1774), depois de uma baixa decrescente entre 1765 e 1772. Os prejuízos apenas com o sal pelo otimismo das conjecturas anteriores somavam na demonstração do Balanço de 1770 (5) mais de 9.000\$000, pouco menos de 2.000\$000 em 1771 (6) e mais de 1.600\$000 réis em 1772 (7).

Outros produtos estiveram sujeitos a estas previsões otimistas, principalmente os escravos, mercadoria de difícil cálculo antecipado de rendimento, mercê das doenças, fugas, baixa de preços ou, quiçá, da possível desonestidade dos agentes a que somos levados à suposição em face da antinomia dos lucros iniciais e dos prejuízos acen- tuados dos últimos anos da vida da Companhia. Consulte-se o qua- dro demonstrativo seguinte.

COMÉRCIO DE ESCRAVOS.

(1756-1774).

Anos	Lucros (réis)	Prejuízos (réis)	
1756	437\$960	—	
1757	5.515\$929	3.582\$926	
1758	16.642\$893	—	
1759	4.343\$639	—	
1760	119\$511	—	
1761	—	98\$524	ANOS LUCRATIVOS
1762	19.968\$328	—	
1763	19.192\$388	—	
1764	1.741\$013	—	
1765	45.414\$239	—	
1766	1.478\$571	—	
1767	—	11.595\$831	
1768	505\$520	—	
1769	3.543\$782	627\$338	
1770	—	16.338\$719	
1771	—	8.288\$435	
1772	—	25.669\$246	
1773	—	12.046\$430	
1774	—	16.571\$172	

(4). — Cf. Balanços de 1761, 1762, 1763 e 1764.

(5). — *Idem*, fls. 220-222.

(6). — *Idem*, fl. 240.

(7). — *Idem*, fl. 260.

Outra curiosidade dos Balanços da gigantesca instituição de fomento ultramarino, nos derradeiros exercícios financeiros, em que os lucros, deduzidos os 11 1/2% que se distribuíam aos acionistas, caem a cifras insignificantes,

1770	.....	\$003
1771	.....	\$400
1772	.....	23\$360
1773	.....	73\$470
1774	.....	78\$052

pode ser verificada na tabela anexa referente aos lucros da empresa antes da distribuição dos dividendos.

*LUCROS DA COMPANHIA APURADOS EM BALANÇOS DE 1756 A 1774.*

(Dividendos não incluídos).

Anos	Valores apurados (réis)
1756	51.468\$329
1757	97.070\$064
1758	93.586\$935
1759	81.372\$476
1760	150.579\$229
1761	218.660\$811
1762	136.304\$807
1763	26.906\$465
1764	105.120\$215
1765	165.723\$546
1766	105.746\$417
1767	65.771\$149
1768	56.358\$370
1769	54.516\$675
1770	53.544\$003
1771	53.544\$400
1772	53.567\$360
1773	53.617\$470
1774	53.622\$052
<b>TOTAL</b>	<b>1.677.075\$763</b>

Média anual — 88.267\$145

O fato parece explicar-se por um artifício contabilístico que passamos a expor. Comprometida na defesa das regiões coloniais pela construção de fortalezas, como a de São José de Bissau, ou reedificação das existentes em pontos vitais do seu comércio, na África e no Brasil (8), destina a Junta da Administração da Companhia, nos

(8). — Cf. Defesa do patrimônio ultramarino da Coroa.

citados anos, vultosas somas que parecem estar condicionadas à largueza dos lucros. Assim, respeitando o montante dos dividendos que exigiam 53.544\$000, podia a Companhia reservar para a operação defensiva do patrimônio da Coroa as somas abaixo:

1770 .....	64.311\$900
1771 .....	46.960\$000
1772 .....	8.000\$000
1773 .....	38.696\$601
1774 .....	8.540\$000
	<hr/>
Total	166.508\$501

Tão elevada quantia, que contrasta com as minguadas parcelas dos lucros, prova à saciedade que a Companhia, mais do que uma empresa meramente mercantil, realiza um objetivo de natureza política que, se de certo modo resguarda o seu patrimônio, fornece à Coroa sólidos elementos contra os inimigos que ameaçam as cobiceadas fontes de prosperidade situadas no ultramar.

Dois atos da Companhia, que se filtram nos Balanços, revelam caracteres que estão longe dos limitados campos de ação comercial e evidenciam o entrosamento da organização monopolista mercantil com a política estatal. Na explicação nº 16 do Balanço de 1774 lê-se:

“São 13 carregações de mantimentos para Cabo Verde as quais se reputão perdidas por serem destinadas a remediar a fome que padecião os moradores das ditas Ilhas ..... 37.329\$209” (9).

Parece-nos óbvio que uma entidade comercial não iria dedicar tão polpuda soma para a época (cêrca de 1/12 do seu Capital) para obra tão humanitária se não obedecesse aos imperativos de colaboração com a realeza, embora em momento em que começava a periclitar a estrêla que a favorecia.

Outro ato de cunho benemérito ocorre sob a rubrica nº 20 do Balanço de 1773:

“He o custo porque se resgatou hum escravo no Pará a quem se mandou dar liberdade pela Acção que obrou na defesa da Galera Nossa Senhora do Cabo contra os Argellinos ..... 130\$000”.

A eloquência do gesto dispensa maiores comentários.

A luta contra a pirataria da época custou à Companhia não somente o resgate de escravo que defendia com bravura o patrimônio

---

(9). — Cf. L.B. de 1774.

de seus senhores. Os Balanços da sociedade monopolista estão polvilhados de notas que nos revelam a envergadura da luta contra os adversários da monarquia, de que, por vêzes, resultam desastres que, pesando nos rendimentos da Companhia, levam-na a equipar-se melhor para a salvaguarda do seu patrimônio e, conseqüentemente, da soberania portuguesa (10).

Assim, por exemplo, se a multiplicação dos navios da Companhia resulta, em parte, do aumento do volume de suas transações, não é menos verdade também que decorrem da necessidade de segurança das frotas. Eis porque duas naus de guerra cedidas pelo rei figuram em seu patrimônio (reduzidas a uma em 1762) para maior segurança dos transportes em rotas tão infestadas de adversários do trono.

A Companhia, que em 1759 contava com treze navios (duas naus de guerra), no valor de 52.868\$392 réis, tinha, em 1774, trin-

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS LUCROS NAS CARREGAÇÕES E NOS

FRETES.  
(1756-1774).

Anos	Lucros nas carregações	FRETES	
		Lucros	Perdas
1756	64.376\$233	10.699\$879	17.016\$024
1757	76.382\$243	33.541\$280	5.918\$357
1758	92.946\$436	21.663\$168	17.547\$140
1759	108.256\$525	—	—
1760	114.452\$196	41.704\$277	1.869\$924
1761	238.939\$541	17.701\$696	11.217\$811
1762*	173.598\$241	16.454\$147	45.373\$628
1763	73.353\$217	11.782\$067	8.392\$720
1764	114.729\$425	14.473\$591	14.027\$668
1765	157.558\$390	25.041\$121	2.802\$085
1766	103.139\$854	17.308\$786	11.089\$840
1767	87.342\$529	9.973\$363	9.096\$700
1768**	105.992\$465	12.388\$540	22.585\$524
1769	107.771\$670	11.675\$340	9.894\$225
1770	189.881\$880	6.811\$845	9.963\$388
1771	129.915\$202	9.244\$302	8.507\$692
1772	100.726\$528	20.615\$998	18.039\$500
1773	95.980\$213	28.951\$543	7.648\$757
1774	145.964\$006	18.753\$853	16.249\$820
<b>TOTAL</b>		<b>328.794\$796</b>	<b>236.740\$803***</b>

(10). — No Balanço de 1768 figura a perda da Galera São Domingos que em 1766 encontramos despachada para Cabo Verde: o navio "em que flizerão préza os Argellinos" (Cf. L.B., fls. 184) valia 1.883\$308 e a sua carga estava avaliada em 6.440\$440 réis.

ta e duas unidades avaliadas em 130.209\$382, tendo perdido nesses três lustros de atividades treze embarcações que haviam custado a seus cofres 43.355\$842 (11). Este progresso quantitativo não traduzia, todavia, uma prosperidade econômica como se depreende do quadro da página anterior, em que comparamos os lucros oriundos das carregações com os dos fretes.

Se examinarmos, por exemplo, os anos de 1762 e 1768 através da frieza e insensibilidade dos números, chegaremos a conclusões realmente desnorteantes. Se é verdade que 1768 é um ano de resultados medíocres para o comércio da Companhia, o vulto dos prejuízos nos fretes pode ser explicado pelo fracasso do carregamento da Nau Nossa Senhora do Cabo, cujo *déficit*, atingindo 11.832\$967 (12), supera por si só as perdas consignadas nesta rubrica que se elevavam no referido ano a 10.196\$984 (13).

Não cabe, todavia, a mesma explicação para o resultado anormal do ano de 1762, um dos mais prósperos para o setor das operações comerciais, apenas superado pelos anos de 1761 e 1770, apresenta, entretanto, o mais alto índice negativo do ramo de fretes com um *déficit* de 28.919\$481 (14) que jamais se verificou nos demais anos em tão alto nível.

O responsável por tão quantioso prejuízo são as naus de guerra — Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora da Atalaia — esta última, como já comentamos, revertira nesse ano à Coroa. O dispendioso custeio da primeira nau atingiu neste ano de tensão internacional a elevada soma de 18.225\$835 e produziu apenas 2.646\$070 ocasionando um prejuízo de 15.579\$765. A nau Nossa Senhora da Atalaia, depois de produzir um *déficit* de 5.491\$088, despendeu 14.815\$119 réis no apresto para nova viagem quando foi devolvida à Coroa (15). Somavam, portanto, estas perdas 35.885\$972 que,

(11). — Cf. L.B. nº 76.

(12). — Explicação 14 — C. Fl. 179 dos Balanços.

(13). — *Ibidem*.

\* Custeio das Naus de Guerra

Perdas — Nossa Senhora da Atalaia .....	5.491\$088
Perdas — Nossa Senhora da Atalaia .....	14.815\$119
Perdas — Nossa Senhora das Mercês .....	15.579\$765

35.885\$972

\*\* Prejuízo da Nau Nossa Senhora do Cabo .....

11.832\$967

\*\*\* Lucro nos fretes .....

92.053\$993.

(14). — *Idem*, fl. 68.

(15). — No Balanço de 1766 aparece consignada mais uma despesa de 949\$898, quantia que "se dispendeu até o tempo de sua entrega a Sua Magestade". Julgamos tratar-se de despesa anterior a 1762, data da devolução à Coroa da fragata, mas somente apurada em 1766. Desde 1762 não encontramos mais essa nau de guerra relacionada entre as naus "costeadas". Daí a nossa conclusão.

pesando na rubrica dos fretes, explicavam o volumoso prejuízo do referido ano que, de outro modo, apresentaria saldo positivo. Acen-tua-se, assim, o caráter de colaboração da Companhia com o Estado na defesa do patrimônio ultramarino da realza muito além do que estava obrigada precipuamente.

Ressalte-se, por fim, que a Companhia exorbita por vêzes as suas atribuições carregando cera, livros e moeda provincial para o Rio de Janeiro ou para a Bahia como ocorre em 1762 (16) ou em 1763 (17) ou ainda em 1765 (18), obedecendo por certo a impe-rativos políticos e com evidentes prejuízos para os seus interêsses. Só em uma remessa de 77 escravos de Angola para o Rio de Ja-neiro em 1765 avaliada em 4.120\$564 apurava a Companhia ape-nas 2.224\$555 (19). Note-se, ainda, que, em 1771, quando se apuram “dívidas falidas” para um montante de 2.950\$832 do Ma-ranhão onde avultam as operações, o Rio de Janeiro apresenta-se com a elevada cifra de 4.950\$123 réis (20). Noutra partida de 30 escravos em 1772 perdia a Companhia 606\$096 (21).

Os Balanços da Companhia revelam-nos ainda outros aspectos deveras curiosos. Assim no tocante à distribuição dos lucros não obedece a um princípio uniforme, e, muito menos, aos imperativos dos Estatutos da empresa. Obrigada por êstes a dividir “anual e successivamente pro rata no referido mes de julho o que pertencer a cada hum dos interessados” (22), divide a Junta da Administra-ção da Companhia progressivamente desde 6% de dividendos (1769) até 11 1/2% em que se estabilizou a quota nos anos de 1768 a 1774 com uma exceção em 1767 quando os interêsses caíram a 8 2/4% (23) quando haviam atingido 11% no ano anterior.

Ora, se a Companhia distribui dividendos inferiores aos seus lucros, salvo o caso esporádico de 1763 em que a Junta da Adminis-tração dividiu interêsses superiores aos benefícios do referido ano, depreende-se uma acepção particular do “pro-rata”.

Teria a Companhia preferido constituir um “fundo de reserva” que ia progressivamente valorizando as ações que, de 400\$000 em

(16). — Cf. L.B. fl. 69.

(17). — *Idem*, fls. 87.

(18). — *Idem*, fl. 115.

(19). — *Idem*, fl. 117.

(20). — *Idem*, Demonstração de 1771.

(21). — *Idem*, fl. 258.

(22). — Cf. Instituição, § 52, pág. 17.

(23). — Há uma disparidade entre os Balanços e a lista apensada aos referidos livros. Embora o Balanço de 1767 consigne 11 1/4 para ser distribuído em 1768, o mapa demonstrativo do pagamento de dividendos aponta apenas 8 3/4%, ou seja 35\$000 por ação, num total de 40.740\$000 dos quais foram efetivamente pagos 40.605\$000. Não apuramos a razão dêste contraste.

1755, foram subindo sucessivamente até valerem 1.151\$786 por ocasião do último Balanço (24).

Constituiu, portanto, o emprêgo de capital na empresa monopolista um bom negócio, uma vez que produzia o dinheiro, dado por empréstimo, na época, cêrca de 10% como se infere dos juros pagos pela própria Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão que, em 1769, abonava à sua co-irmã — a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba — a quantia de 2.675\$554 correspondente aos juros de 40.000\$000 contados de 1º de janeiro a 2 de setembro de 1769, data do resgate do empréstimo (25).

No que se refere aos lucros da Companhia em seu período contábil, verificamos que provêm de duas fontes principais: os auferidos sobre mercadorias e os sobre fretes. Limitada pelos Estatutos ao lucro máximo de 45% sobre as fazendas secas, exceto farinha e comestíveis secos (26) e 15% livres sobre as fazendas molhadas, farinha e mais comestíveis secos (27), restringia a Companhia, em média, os seus lucros de 20% a 15% nas carregações de fazendas secas para os centros de seu monopólio e de 12% a 10% sobre os mantimentos.

Já nas suas transações com as praças do Báltico, do Mar do Norte e do Mediterrâneo europeu, por onde escoavam os artigos tropicais mercantilizáveis, especialmente a orzela de Cabo Verde e o algodão maranhense, os lucros não tinham limites atingindo, por vezes, a mais de 100% sobre o preço de custo (28).

E' curioso observar-se que, se o comércio de mão-de-obra negra é, geralmente, deficitário, já as carregações para a África dão margem a lucros que se escalonam de 70% a 30% permitindo assim uma compensação razoável que pode escapar a olhos menos avisados.

Operando com capital de 465.600\$000 a Companhia auferiu lucros que variavam no setor das mercadorias desde 64.376\$283, em 1756, até 238.939\$541, em 1761 (29), cifras que representavam aproximadamente de 15% a 50% de seu capital.

O montante total dos lucros era fornecido pelos fretes, excepcionalmente deficitários, como já vimos, e que deixaram ainda em de-

---

(24). — Cf. Os acionistas e o capital social.

(25). — L.B. Demonstração de 1769, fl. 201.

(26). — Instituição..., § 23, pág. 10.

(27). — *Idem*, § 24.

(28). — Em uma carregação de 131 sacas de orzela para Amsterdão em 1772, avaliada em 2.648\$647, apurava líquido a Companhia 5.638\$000 — cêrca de 110% (Cf. L.B. fl. 254).

(29). — Veja-se a tabela anexa referente ao lucro nas carregações.

zenove anos de giro mercantil um lucro de 92.053\$993 (30), com u'a média anual superior a 4.800\$000 durante o período da contabilização da Companhia, que se estende de 1756 a 1774.

As despesas da organização mercantil, como as de tôdas as emprêsas prósperas, subiram num ritmo consentâneo com o desenvolvimento de suas operações. Se a princípio avultam os ordenados e a manutenção dos armazéns que oscilam entre 2.300\$000 e . . . . 5.300\$000 entre 1762 e 1774, apenas nos últimos anos vê a Companhia aumentar os seus encargos não sòmente pela necessidade da defesa do patrimônio, com vimos anteriormente, mas em obras de desenvolvimento da política fomentista da Corôa: instalação do cultivo e benefício do arroz (31), reparos de armazéns (32), assistência a exploradores do *hinterland* (33), com o estabelecimento do cultivo da sêda (34) ou com a manutenção da escravaria requerida pela sua operosa administração. Sòmente em 1770 saíam de seus cofres 15.981\$104 para atender a essas despesas excepcionais (35).

Tão poderosa emprêsa chegava à sua fase final de existência legal com um acervo de "Bens Móveis e de Raiz" que não atingia os 20.000\$000 réis. Possuía, entretanto, em 1774, um estoque de mercadorias em poder dos administradores do Pará, Maranhão, Angola, Cacheu, Cabo Verde, Bissau e outros (Rio de Janeiro inclusive), avaliado em 1.262.310\$990 réis, dos quais 1.186.600\$883 — cêrca de 94% — em poder dos responsáveis pelos negócios da Companhia no norte do Brasil (36).

Ësse total que nunca foi inferior a 700 contos de réis, sem computarmos o estoque nas diferentes praças da metrópole, e que chegou a atingir, em 1771, 1.466.028\$258 (37) e mais 50.394\$920 em Lisboa, mostra que a emprêsa ultramarina de comércio movimentava um capital muito superior ao que cotizara, girando à base de um crédito sólido que lhe permite, sem exceção, dever muito além do que lhe devem.

Seu poderio e sua projeção fariam inveja a muitas das maiores organizações do comércio internacional de nossos dias, se nos fôsse possível converter, em moeda atual, estas somas que se traduziriam em cifras realmente astronômicas.

---

(30). — *Ibidem*.

(31). — Cf. L.B. fl. 222.

(32). — *Idem*, fl. 260.

(33). — *Ibidem*.

(34). — *Idem*, fl. 222.

(35). — *Idem*, Demonstração de 1770.

(36). — *Idem*, fl. 285.

(37). — *Idem*, fl. 247.

O mapa estatístico seguinte, referente ao valor das mercadorias em estoque no ultramar, bem como as respectivas representações gráficas, ajudam-nos a compreender melhor o portentoso crescimento orgânico da singular pessoa jurídica de Direito Privado.

*(Continua)*.

VALOR DAS MERCADORIAS DA COM PANHIA EM ESTOQUE NO ULTRAMAR.

(1760-1774).

Anos	Pará	Maranhão	Angola	Cacheu	Cabo Verde	Bissau e outros	Total
1760	339.377\$918	232.963\$707	18.959\$073	34.534\$233	82.741\$445	13.477\$482 26.035\$972 36.751\$183	734.612\$348
1761	397.739\$638	286.666\$613	84.923\$157	73.809\$573	102.497\$854	96.242\$727 8.597\$089	1.041.879\$557
1762	570.507\$912	282.033\$296	57.961\$473	51.368\$969	85.428\$122	45.097\$783	1.092.397\$555
1763	556.084\$638	284.867\$501	61.851\$761	33.039\$234	81.969\$139	44.261\$093 21.849\$919	1.062.073\$456
1764	608.530\$389	289.272\$049	74.684\$184	32.480\$422	95.054\$776	61.547\$165	1.161.569\$885
1765	658.121\$455	331.676\$353	5.952\$758	32.221\$628	122.290\$852	57.770\$527 73.722\$838	1.208.033\$573
1766	577.709\$933	390.039\$888	3.066\$944	21.740\$043	109.791\$801	97.972\$852 92.100\$946	1.200.321\$461
1767	664.871\$140	468.216\$822	3.066\$944	13.063\$735	120.170\$180	92.308\$581 91.173\$598	1.361.697\$402
1768	500.511\$130	512.013\$879	9.992\$458	—	105.623\$606	93.797\$981 63.010\$995	1.221.939\$054
1769	528.844\$151	511.668\$282	9.992\$458	8.374\$267	104.285\$244	78.804\$479 23.973\$448	1.241.989\$881
1770	618.748\$855	538.043\$735	8.336\$263	16.087\$172	113.278\$379	52.704\$443 32.692\$406	1.340.238\$847
1771	712.597\$913	537.790\$821	4.011\$619	9.590\$746	116.019\$753	86.017\$406 18.264\$774	1.466.028\$258
1772	711.554\$442	463.966\$471	4.011\$619	9.926\$701	86.612\$829	18.264\$774 10.300\$000	1.294.336\$836
1773	702.495\$247	423.698\$700	—	7.480\$445	70.196\$985	12.278\$478 19.300\$045	1.216.149\$855
1774	741.644\$432	444.956\$451	—	10.699\$955	40.715\$460	24.294\$692	1.262.310\$990







